

TEMPOS DE TRANSIÇÃO: A NACIONALIZAÇÃO DO MACKENZIE E SUA VINCULAÇÃO ECLESIASTICA (1957-1973)

MARCEL MENDES

Elisa Guimarães Pinto*

■ O leitor atento da obra *Tempos de transição*, de autoria do professor Marcel Mendes, passa a apreciar um trabalho ingente de pesquisa – uma atividade de ao mesmo tempo precisa e engenhosa, impulsionada pelo posicionamento investigativo do pesquisador-crítico que intui, percebe, compara, raciocina, analisa. A síntese de todo esse processo de captação é que o conduz ao juízo.

Desenha-se, assim, um quadro histórico cujo foco é o Mackenzie em busca de sua nacionalização, no período que se estende de 1957 a 1973.

O historiador acompanha a trajetória da instituição, identificando-a como um dinamismo de pensamento e de ação em um jogo instável de equilíbrios e desequilíbrios, de conjunções e dissonâncias; um jogo, enfim, de ruptura e de consolidação.

Ordenados com clareza exemplar, sintetizam-se os 21 capítulos em títulos altamente sugestivos que indiciam relevância de certos temas básicos, tais como “Mackenzie em busca de uma imagem nacional”, “Antigos alunos e Igreja disputam o destino do Mackenzie”, “Muda o comando, permanecem as inquietações”, “Vitoriosa na justiça, igreja consolida a sua posição”.

São títulos que costuram a inteireza do livro e lhe emprestam unidade estrutural.

Nas linhas dessa unidade, o autor, embora declare “não ser fácil construir a história de uma instituição com a qual se tem uma relação afetiva de pertença” (p. 24), encadeia associações para compor seu texto, dar-lhe uma forma, assegurar-lhe a fidedignidade, prover-lhe a veracidade.

E o texto passa, assim, a figurar como testemunha do talento do historiador que busca o caminho de volta a situações passadas, alicerçado em documentos de origens várias – o Centro de Documentação Histórica, o jornal *O Estado de S. Paulo*, o Arquivo do Estado, a Biblioteca Municipal Mário de Andrade.

* Doutora em Letras pela Universidade de São Paulo (USP) e professora do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM).

Mesclando a história da instituição com a do Brasil na época, a obra defronta-se ora com o caráter álgido da lei, que não necessita ser simpática por ser compulsiva, ora com espaços que se abrem à verdade objetiva, ora ainda com o que foi e o que é como se sempre fosse, no campo sem fronteira e na fronteira sem limites da escritura crítica, contestatória e renovadora. Assim, por exemplo, manifesta-se o autor:

Num esforço de síntese, pode-se afirmar que o conjunto de constituições da influência norte-americana deixou sulcos marcantes na identidade da instituição e nos formatos da sua atuação educacional, mas não responde exclusivamente pela construção de um ethos institucional do Mackenzie. Existem ainda outros fatores a considerar (p. 73).

Entre esses outros fatores, os olhos observadores do autor, de mirada detida e profunda, enxergam as raízes cristãs do Mackenzie e seu perfil confessional projetando-se como elementos fulcrais do próprio *ethos* da instituição.

Por detrás de imagens concretas, ocultam-se abstrações. E em confluência multilateral, os fatos avançam e retrocedem na esteira do tempo onde se distinguem, se amalgamam e se anulam.

Parece estar aí a trama dos acontecimentos que teceram a história do Mackenzie no Brasil. História que se constrói como feixe de relações cuja complexidade se foi tornando geradora de crises – ontem experimentando epifanias, hoje ruminando insucessos, tropeços naturais em qualquer caminhada.

A esse respeito, o autor-historiador eloqüentemente pontifica: “Num exercício dialético de alternâncias e contrapontos, mesclaram-se antífonas jubilosas com súplicas humildes. Os raios luminosos refletiram-se no espelho, mas parte foi refratada na transparência!” (p. 249).

Mantendo-se num meio-termo saudável, equidistante dos extremos, interessa ao empenho do pesquisador minucioso desvendar e apresentar, por meio da matéria-prima que andou garimpando, as diversas feições do processo de nacionalização do Mackenzie, algumas de ordem técnica, outras de natureza estratégica e política.

Não se furta ainda o autor a referências elogiosas a homens e mulheres notáveis, do ponto de vista humanitário, científico, político – criaturas cuja imagem é digna de multiplicação. Esther de Figueiredo Ferraz – reitora do Mackenzie na época – é lembrada como “sempre hábil no trato e judiciosa nas opiniões” (p. 407).

Sabe-se que a experiência individual é traço componente de um desenho coletivo, que se vai tecendo pela reunião de testemunhos. Foram muitos – o que fica claro nas ponderações do professor Marcel Mendes – aqueles que fizeram valer seu gesto, seu perfil, sua decisão, obrigando-se à coragem dos bravos, à pertinácia dos pioneiros. Não se renderam às inevitáveis vicissitudes que desafiam os destinos de uma instituição.

A importante questão da nacionalização do Mackenzie impõe-se como centro ativo de uma rede de relações inesgotáveis, sobre as quais a perspicácia do autor instaura a sua forma própria de narrar. Envolve o relato de um halo afetivo, embora isso não o prive de ser rigoroso com o objeto de sua afeição.

Nota-se que o esboço e o cenário sucessivos da história matéria da obra não se situam exclusivamente no plano do puro relato. Implicam cálculos estratégicos e táticos e cedem lugar ao monólogo reflexivo ou a um diálogo do autor

consigo mesmo, pesando as hipóteses e as conseqüências, enxertando no relato um discurso interrogativo que deixa aberto um leque de soluções possíveis.

Esse belo discurso do professor Marcel Mendes merece ser lido, apreciado e assimilado por todos quantos se empenham em abeberar-se nas fontes límpidas da investigação científica.

MENDES, Marcel

Tempos de transição:

*A nacionalização do Mackenzie
e sua vinculação eclesiástica (1957-1973).*

São Paulo: Editora Mackenzie, 2007.

494 páginas